

O HEARTLAND AMAZÔNICO E SUA RELEVÂNCIA NA GEOPOLÍTICA ATUAL

DIAS, João Pedro¹

RU: 2607253

DIAS, Mariana Andreotti²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar, caracterizar e discorrer sobre a relevância do heartland amazônico na geopolítica atual. Demonstrar e conceituar quais são as influências causadas pela necessidade dos recursos naturais provenientes da região amazônica, nos interesses político-econômicos dos países economicamente mais desenvolvidos. Caracterizar e compreender quais são esses interesses manifestados pelos governos estrangeiros no território amazônico, quais são as medidas e projetos propostos pelos mesmos e como o governo nacional se manifesta quanto há preservação não apenas da região amazônica, mas também do seu direito de governança sob a mesma. A realização deste trabalho foi fundamental na leitura de sites, revistas e artigos que se referiam à importância da região amazônica no contexto geopolítico atual, buscando salientar a sua biodiversidade e também o seu valor energético, portanto esse estudo proporcionará uma leitura mais abrangente acerca da relevância da preservação e administração da região amazônica visando entender o contexto do cenário político-econômico atual.

Palavras-chave: Amazônia. Ecologia. Geopolítica.

1. INTRODUÇÃO

Através do artigo científico a ser apresentado tem-se a condição de caracterizar e dissertar há respeito da importância da região amazônica no contexto político-econômico atual. Em um primeiro momento será apresentado e caracterizado o cenário geopolítico atual; bem como os interesses das principais economias do mundo na região amazônica e seus provenientes. De modo que através das concepções há serem descritas, possamos entender de forma mais explícita o valor ecológico existente na área amazônica e como essa condição natural afeta ao restante do globo.

No segundo momento será descrito como a gestão da região amazônica interfere na político-econômica internacional e nas economias hegemônicas dos países pertencentes ao G7. Apresentando quais medidas são utilizadas pelos países

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado em Geografia do Centro Universitário Internacional UNINTER.

² Professor orientador do Centro Universitário Internacional UNINTER.

membros do grupo dos sete (Alemanha, Canadá, E.U.A., França, Itália, Japão e Reino Unido) e União Europeia, no que diz respeito há seus interesses político-econômicos na região amazônica. Posteriormente será descrito como tais medidas afetam o Brasil e quais contra medidas são adotadas pelo governo brasileiro quanto à preservação e administração da mesma região.

Através de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica será apresentado argumentos e justificativas que possam analisar á relevância da área amazônica, levando a ser caracterizada como um *heartland* ecológico.

2. CORRIDA ECOLÓGICA

No século passado há busca pela hegemonia político-econômica entre duas grandes potências, deu início há grandes avanços técnico-científicos que posteriormente nortearam o mundo; tal cenário foi liderado por dois países (E.U.A e URSS) que se defrontaram através da busca pela evolução/desenvolvimento bélico e espacial. Assim ocorreu o que foi chamado de corrida armamentista, proporcionando um grande advento e acúmulo de armas e equipamentos de guerra; e posteriormente á corrida espacial que acabou por apresentar a busca e exploração por novas tecnologias de cunho espacial.

Ao passar das décadas, mais precisamente no início do século XXI, o mundo acabou passando por uma reorganização geopolítica; de maneira que economias vigentes acabaram por surgir, países que despontaram no mercado econômico internacional dando início ao que ficou conhecido como grupo dos sete, embora todos esses ainda permanecessem abaixo da liderança político-econômica dos E.U.A. no cenário contemporâneo. Dessa forma tal panorama acabou por gerar uma busca incessante desse grupo de países, pela manutenção/administração de suas economias.

Um dos meios utilizados para o desenvolvimento das suas economias foi a globalização de investimentos e capitais; o que também acabou ocasionando uma expansão de sua influência política em relação aos demais países do globo. Assim tais países pertencentes ao grupo dos sete, conquistaram há condição de “protagonistas” no que diz respeito á geopolítica atual.

Após estabelecerem sua hegemonia político-econômica os “protagonistas” geopolíticos, perceberam que para manter suas prosperas atividades econômicas

precisariam conciliar o desenvolvimento com há preservação do meio ambiente. Tendo em vista que os recursos naturais, matérias-primas que são basicamente de onde surgem as fontes de energia para o reabastecimento das atividades de produção, estão em situação de extenuação. Sendo assim as áreas do globo onde se encontram tais fontes de energia e/ou matérias-primas em abundância, acabam ganhando suma importância no contexto atual da geopolítica. Cabendo ressaltar o que descreve Mario Miguel Amin no seu artigo publicado na “Revista Crítica de Ciências Sociais”.

“Duas regiões se apresentam geopoliticamente como *espaços vitais* na luta pelos recursos estratégicos do século XXI: a região formada pela Ásia Central e a bacia do mar Cáspio e a região Amazônica. Nesse contexto, os países ricos em recursos naturais se confrontam pelo surgimento de uma abordagem geopolítica na qual uma nova ordem internacional, intensiva no uso de recursos naturais, passa a determinar a regionalização dos padrões produtivos internacionais do século XXI” (AMIN, 2015; p.08).

Partindo desse conceito pode se dizer que se deu início há um período em que não mais o desenvolvimento econômico e técnico-científico sejam as únicas finalidades, desta forma surge também a necessidade pela preservação do meio ambiente e seus provenientes; o que acaba por apresentar uma “nova corrida” entre as economias hegemônicas, mais precisamente uma “corrida ecológica”.

Após estabelecermos a atual condição geopolítica das duas principais regiões de recursos energéticos no mundo; podemos então nos aprofundar na relevância da área amazônica e seus provenientes na perspectiva político-econômica dos países interessados, dentre eles o próprio Brasil.

A região amazônica por muito tempo teve seu potencial natural tratado de forma superficial, de modo que a sua preservação se fez através do conceito de apenas manter sua biodiversidade há salva da possível degradação temporal. Mas a partir da necessidade que nos foi revelada recentemente, seu potencial natural é alçado a outro estágio. Há conservação da região amazônica nunca esteve em tamanha evidência como no período atual, ainda que tenhamos relatos de que em outros períodos houvesse interesses de mesma relevância sob a mesma, situação essa resultante da iminência energética em que o cenário político-econômico se encontra.

Dada essas circunstâncias podemos nos atender às explicações da geógrafa brasileira Berta Becker no que diz respeito ao crescimento da relevância da região amazônica na atualidade, redefinindo a região como um *heartland* ecológico.

[...] dado o novo contexto internacional, a Amazônia Sul-Americana não deve ser percebida como região periférica e exótica, mas sim como região central, um *heartland* ecológico. Pode haver sentido em resgatar um conceito relacionado aos atributos do território, em termos de sua extensão, textura e posição geográfica, como condição de auto-suficiência econômica e autonomia política do Estado (...) (BECKER, 2001; p.197-207).

Mas é preciso voltar ao que foi descrito brevemente no parágrafo da página anterior, quanto há outras tentativas de interferência no território amazônico por parte de outros países; para que assim possamos ressaltar que esse interesse por redistribuir à região amazônica não é apenas uma vontade de tempos atuais e/ou recentes.

É possível encontrarmos ao longo da história relatos de tentativas de outros países em se estabelecer na região amazônica; embora tenhamos que nos atentar que tais tentativas de apossamento da área amazônica, nesses períodos, não tinha a mesma finalidade que é apresentada e caracterizada atualmente. Esse conceito está atrelado ao que foi explanado por Bernardo Cabral, em seu artigo publicado na “Revista Justiça e Cidadania”.

[...] O interesse pela grande região amazônica remonta há mais de 300 anos. [...] A cobiça internacional encontrou ecos diante de temas que se tornaram universais, como o meio ambiente, missões indígenas, clima, narcotráfico e desflorestamento. (CABRAL, 2005; p.01).

Dessa forma podemos compreender e salientar que a preservação da região amazônica tem atrelada a si, à possibilidade de domínio sob sua extensão e conseqüentemente seus bens naturais; o que acaba por elevar o interesse internacional sob a mesma. Tendo em vista que a proporção natural se apresenta com certa discrepância, o que faz com que alguns países tenham dificuldades/necessidades quanto à captação e distribuição de recursos naturais. Tal raciocínio tem como base argumento descrito também pela geógrafa Bertha Becker, ao atentar há essa condição que se encontra há distribuição natural no mundo.

[...] através de intensa polemica, sob a qual jaz a desigual distribuição mundial de natureza e de tecnologia. A questão ecológica passa a fazer parte da agenda geopolítica global. Vários são os Estados e organizações prontos a defender o *environmental heartland*, refletindo o quadro da globalização contemporânea. (BECKER, 2001; p.197-207).

Através dessa perspectiva surge uma dependência quase natural dos países “menos” afortunados de natureza, pelos recursos vitais disponibilizados na região amazônica, de tal maneira que há possibilidade de internacionalização da Amazônia foi considerada e projetada pelos “protagonistas” geopolíticos. Dando início há um movimento de várias discussões/reuniões que visavam conceber meios e maneiras de fazer com que a região amazônica, fosse considerada “propriedade” de bem comum. Essa narrativa criada pelos países interessados está também presente nas explanações de Bertha Becker, onde a mesma ressalta essa tentativa de “globalizar” o acesso da região amazônica.

[...] A base dessa percepção teve como origem, em grande parte, a tecnologia dos satélites, que permitiu pela primeira vez uma visão de conjunto da superfície da Terra e da sua unidade trazendo o sentimento da responsabilidade comum, assim como a percepção do esgotamento da natureza, que se tornou um recurso escasso. [...] Torna-se patente que, se há uma valorização da natureza e da Amazônia, há também a relativização do poder da virtualidade dos fluxos e redes do mundo contemporâneo, com a globalização, que acaba com as fronteiras e com os Estados. (BECKER, 2005; p.71-86).

Assim cabe-nos compreendermos e ratificar que o interesse político-econômico dos países integrantes do grupo dos sete e União Europeia na região amazônica, têm como principal finalidade preservar e restituir área amazônica e seus provenientes; visando assegurar às suas economias e conseqüentemente sua condição hegemônica perante os demais países do globo. Para tal condição ser realizada, foram desenvolvidos programas/projetos de contenção e preservação da floresta amazônica; programas esses que tem como principais ferramentas ações de cunho financeiro, técnico e científico. Pode-se citar como exemplos de programas/projetos utilizados por esses países: ONGs nacionais/internacionais, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), o Large Scala Biosphere-Atmosphere Experiment in the Amazon (LBA) e o Probem.

Porém diante desse processo é possível encontrarmos vestígios dessa política de preservação ambiental, manifestada pelos países economicamente desenvolvidos, com algumas atitudes contraditórias. Podendo inclusive elencar várias ações feitas de forma que não diz respeito ao que é disseminado pelos mesmos. Cabendo-nos ressaltar, por exemplo, á biopirataria; como é descrita por Bernardo Cabral em seu artigo publicado na “Revista Justiça e Cidadania”.

[...] O mundo vive hoje uma era em que se valoriza sobremaneira tudo aquilo que é natural. Estima-se que, no meio farmacêutico, 40% dos remédios sejam dessa origem (...). A sanha internacional por esses fármacos é a razão de um dos maiores problemas enfrentada por nosso País. [...] Na Amazônia, a biopirataria quase tem a dimensão da sua biodiversidade e, podem ter certeza, o nosso país está perdendo a parada para a pirataria. (CABRAL, 2005; p.03).

Dadas às circunstâncias fica evidente que a União tome para si a responsabilidade de intermediar às ações propostas pelos países interessados na preservação da região amazônica. De modo que o governo brasileiro tenha direito também de propor e efetivar ações que visem, não apenas há preservação, mas o desenvolvimento da região. Dessa forma procurando reestabelecer e preservar a sua autonomia no território amazônico, tendo em vista que mais de 50% do mesmo se encontra em solo nacional, a União adotou uma postura mais participativa para com os interesses originados da região amazônica.

Diante dessa obrigação o governo federal ao longo dos anos propôs ações e medidas para lidar com a preservação/administração do território amazônico. De modo a criar órgãos/diretrizes que tivessem como propósitos intermediar e controlar às ações previstas para a região amazônica. Tais ações se deram ao longo dos anos, ao passar das décadas e de forma gradativa; ainda cabe ressaltar que tais ações continuam sendo elaboradas e aprimoradas, tendo como representantes e administradores desse processo, os nossos políticos.

Às ações/medidas que foram tomadas pela União para expressar seu domínio sob a região amazônica, surgiram no início na década de noventa; mais precisamente no governo do então ex-presidente Itamar Franco e posteriormente na gestão do também ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Dentre essas ações/medidas podemos citar a criação do Ministério Extraordinário da Amazônia Legal e do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ) no ano de 1993; a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal (SCA) em 1995; a Metodologia para o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), em 1996. Ainda pode se ressaltar além dos exemplos já citados, outras ações realizadas pela União durante a década de noventa de acordo com às explanações da geógrafa Bertha Becker.

[...] Três documentos importantes concretizam a ação da SCA. A Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, elaborada ainda em 1995 que estabelece três grandes diretrizes rumo ao desenvolvimento sustentável da região, constituindo um documento bastante simbiótico com o PPG7: a reorientação do crescimento econômico, a integração interna e externa, e a valorização humana, finalidade última da política. [...] A Agenda Amazônia 21 - Documento Básico para Discussão, de 1997 -, constitui um detalhamento

das diretrizes estabelecidas na Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal. Lançada para discussão teve, inclusive, aceitação favorável entre os demais países amazônicos (...). (BECKER, 2001; p.197-207).

Através dessas atitudes tomadas pelo governo federal diante de tal responsabilidade político-econômica e também ecológica, pode-se caracterizar o Brasil como o principal interlocutor dos interesses da região amazônica. De modo que essa conjuntura vem ao longo dos anos evoluindo em todos os aspectos, dentre eles a responsabilidade do governo federal para com há preservação/administração atual da região amazônica; visando o desenvolvimento econômico das atividades já presentes na região e bem como sua estrutura, buscando também garantir uma oportunidade de melhor qualidade de vida para às pessoas que residem no território amazônico.

Assim ações de investimentos foram realizadas e desenvolvidas nas proximidades da capital do Amazonas; projetos que tenham como principal finalidade apresentar e realizar atividades técnico-científicas, atreladas há biodiversidade e sua preservação.

Pode-se atrelar o que foi descrito com às descrições de Bertha Becker, quanto ao processo de desenvolvimento sustentável da região amazônica.

[...] Um terceiro componente da estratégia estatal é o desenho e a negociação de projetos de grande envergadura e longa duração, independentes do PP-G7 e com parcerias diversificadas. [...] O Programa de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas Regionais e com o CNPq, que pretende integrar pesquisas básicas e aplicadas a uma estratégia de implantação de um Polo de Biotecnologia-Bioindústria em Manaus. (BECKER, 2001; p.197-207).

Conforme tais ações de cunho político-ambiental fossem realizadas, buscando um relacionamento mais benéfico entre os interessados na relevância do *hertland* amazônico e no uso dos seus provenientes; com o passar dos anos surgiram divergências entre alguns dos países. De modo que essas diferenças acabaram por trazer um panorama de certa insegurança, bem como possibilidades que poderiam desestabilizar o relacionamento dos países interessados na região amazônica. Dessa forma antigas divergências retornam para o debate político internacional, ocasionando uma conjuntura de possíveis cisões político-econômicas entre os países.

Para exemplificar tais divergências que trazem risco para ao relacionamento entre os países, podemos nos ater ao que tem ocorrido atualmente em relação às “queimadas” e ao desmatamento ocorrido na região amazônica. Situação que colocou como incerta há capacidade de governança do Brasil para com o território amazônico; assim trazendo consigo “mais uma vez” o debate sobre a possibilidade de internacionalização da região amazônica, objetivando fragmentar a condição de controle sob a mesma e da distribuição de seus recursos naturais. Obviamente tal circunstância tem como principais interessados os países economicamente mais estabilizados, os já citados “protagonistas” geopolíticos, dessa vez representados pelo governo francês.

Pode-se destacar essa circunstância citada, com o texto publicado por Taís Ilhéu no seu artigo publicado no site “Guia do Estudante”.

[...] A internacionalização da Amazônia foi mencionada pelo presidente francês Emmanuel Macron no último dia de reunião do G7, grupo político formado pelas potências Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha, Japão, Itália e Canadá. (ILHÉUS, 2019; p.02).

Essa condição claramente reforça há necessidade de entendimento quanto à relevância do *heartland* amazônico; tendo em vista que sua preservação ou sua não preservação pode causar grandes “embates” políticos entre os países interessados, incluindo a perda de investimentos de cunho ambiental. Pode-se se salientar como exemplo o que ocorreu recentemente com o Fundo da Amazônia, ao perder a verba da Alemanha, um dos seus três investidores. De forma que não apenas se tenha perdido o valor monetário, mas também a convergência política quanto há preservação da região amazônica estabelecida entre ambos os países.

Essa situação está ligada de forma indireta ao que foi descrito por Rafael Battaglia, em seu artigo no site da revista “Superinteressante”, onde o mesmo faz ponderações em relação há ação realizada pela Alemanha.

[...] A Alemanha anunciou que irá suspender o repasse de 35 milhões de euros (R\$ 155 milhões) para o governo brasileiro. O dinheiro, destinado a financiar iniciativas de proteção à floresta, iria para o Fundo Amazônia. (BATTAGLIA, 2019; p.01).

Devido ao cenário que nos é apresentado podemos compreender também que além da sua significativa importância energética, o *heartland* amazônico pode servir

como instrumento de mediação entre os países que se importam com sua preservação. Dessa forma criando um cenário onde o diálogo seja a principal ferramenta de entendimento entre os países; possibilidade essa que se apresenta mais “branda” para se discutir não apenas assuntos ligados á crise energética, mas também estreitar laços políticos buscando conceber uma oportunidade de prosperarem de forma homogênea.

A partir desse conceito é possível assimilar quão importante é necessidade de buscar um entendimento entre os países presentes nesse contexto político internacional; visando evitar possíveis confrontos armados entre ás nações mais desenvolvidas, do panorama geopolítico atual, pelo controle das regiões mais abastadas de recursos energéticos.

Essa conjuntura está ligada indiretamente com o que foi explanado por Mario Miguel Amin no seu artigo publicado na “Revista Crítica de Ciências Sociais”.

[...] De modo não diferente dos séculos anteriores, o século XXI apresenta um novo panorama mundial pela disputa dos recursos naturais. O extraordinário crescimento da economia mundial, a partir de 1980, obrigou as potências hegemônicas, especialmente os Estados Unidos, a definir políticas destinadas a encontrar e a assumir a posse de regiões ricas em fontes de energia e recursos alternativos para manter suas economias competitivas. [...] Por causa dessa nova divisão do mercado internacional do trabalho, a forma de apropriação de áreas ricas em recursos, por parte das economias hegemônicas, incentivou uma nova estrutura global em que os conflitos armados passarão a definir a formação de *espaços vitais estratégicos* de recursos naturais. “(AMIN, 2015; p.07)”.

Tendo compreendido que a relevância do *heartland* amazônico tem não apenas a finalidade de suprir necessidades energéticas, mas também de nortear ás relações político-econômicas entre os “protagonistas” geopolíticos; se faz necessário à busca para uma conjuntura mais eficaz. Que possa nos dar á capacidade de visualizar um futuro cenário geopolítico, com mais “afabilidade” entre os países. Assim buscando encontrar uma condição mais propícia para o desenvolvimento e relacionamento político-econômico; para que ações a serem realizadas possam ser direcionadas para demais áreas de importância política, buscando uma coesão para os anos que estão por vir e suas possíveis novas necessidades que tenham que ser avaliadas.

Partindo das possibilidades que nos é apresentadas cabe ressaltarmos que há busca por uma condição de qualidade de vida mais desenvolvida é um bem comum a ser idealizado por todos, de maneira que possamos encontrar e realizar ações que ofertam a conjuntura de um crescimento amplo; que se estenda por todas ás áreas de incumbência política nacional e internacional.

2.1 METODOLOGIA

Esse artigo foi resultante de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, mas precisamente uma pesquisa documental; buscando através da leitura e interpretação de documentos, descobrir e compreender a situação na qual se encontra a região amazônica no cenário geopolítico contemporâneo. De modo que, através da pesquisa documental, foi possível exercer um aprofundamento e também produzir novas concepções sobre as questões que dizem respeito à região amazônica e sua relevância na geopolítica internacional.

Esse procedimento está indiretamente ligado ao que é descrito por Rosana Maria Luvezute Kripka, Morgana Scheller e Danusa de Lara Bonotto no artigo “Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização” (2015).

[...] Em uma pesquisa qualitativa pode-se utilizar vários procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados, entre estes a pesquisa documental. [...] A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos. [...] Ela pode ser utilizada no ensino na perspectiva de que o investigador “mergulhe” no campo de estudo procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área na qual ele se insere (...). (KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015; p.55-73).

Outro método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, como já citada anteriormente; essa pesquisa visa nos oportunizar a busca e levantamento de dados através da leitura de artigos, revistas e sites. De acordo com o que é explanado por João J. F. Amaral.

[...] consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (...). (AMARAL, 2007; p. 21).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do período em que esse trabalho de conclusão de curso foi realizado, conforme a pesquisa por referências bibliográficas fosse se estendendo, foi descoberto mais sobre a verdadeira importância da região amazônica para o nosso país e para o mundo. O real valor da área que compõe o território amazônico e seus recursos naturais e vitais acabou se mostrando de fundamental relevância para o cenário atual da geopolítica; de modo que diante de tais circunstâncias a maneira que nós seres humanos, tratamos o meio ambiente através das nossas ações, acaba

influenciando e desenvolvendo uma ecologia que dita quais possíveis direções o mundo irá tomar nos anos que estão por vir.

Como no século passado quando houve um período de grande tensão política entre duas nações, onde surgiram avanços técnico-científicos que nortearam o desenvolvimento dos futuros anos; agora nos deparamos com mais um cenário de tensões políticas e possíveis adventos que podem e devem nortear as décadas que estão por vir. Pode-se dizer que a necessidade de buscarmos uma parcimônia entre o desenvolvimento técnico-científico e a preservação do meio ambiente, nos coloca em uma situação de trabalharmos em prol de tomarmos decisões mais “ecológicas”. De maneira que a necessidade de mantermos nossos meios de produção, não seja maior do que a necessidade de conservar nossas áreas de grande valor energético, dentre elas a região amazônica. Assim o mundo se encontra em uma nova “empireitada”, onde teremos que nos reorganizarmos visando uma melhor distribuição dos nossos recursos naturais e fontes de energia; buscando desenvolver técnicas/meios modernizados e encontrar possíveis novas fontes de energia que possam servir como alternativas para as atividades de produção.

Partindo dessa condição, cabe aos governos dos países mais desenvolvidos e interessados na manutenção dos meios de produção, buscarem uma conjuntura mais benéfica no que diz respeito ao trato com a região amazônica; através de ações menos “beligerantes”, procurando enaltecer principalmente a relevância da região amazônica de forma que a mesma não se torne apenas um objeto de embates políticos, que só apresentam mais incertezas e criam possíveis discórdias entre si. Devem, portanto retomar uma condição onde o diálogo surge como principal ferramenta, para que juntos possam projetar um cenário político-econômico mais próspero para todos os países interessados; de forma que se evite entrarmos em uma situação onde surjam possíveis conflitos bélicos.

REFERÊNCIAS

SILVA, R. A. G.; SILVA, R. S. **Geografia política e geopolítica**. Curitiba: INTERSABERES, 2018.

BECKER, B. K. **Construindo a Política Brasileira de Meio Ambiente para a Amazônia: Atores, Estratégicas e Práticas**, 2001. Artigo Científico, Disponível em: https://publications.iai.spkberlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00001611/BIA_080_197_207.pdf Acesso em: 02 de Março de 2021.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**, 2005. Artigo Científico, Disponível em: [Geopolítica da Amazônia \(Bertha Becker\).pdf](#) Acesso em: 04 de Março de 2021.

ILHÉUS, Taís. **Quais são as questões geopolíticas que envolvem a Amazônia?** 2019. Artigo Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/quais-sao-as-questoes-geopoliticas-que-envolvem-a-amazonia/> Acesso em: 05 de Março de 2021.

CABRAL, Bernardo. **A Amazônia e a cobiça internacional**, 2005. Artigo Científico, Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/a-amazonia-e-a-cobica-internacional/> Acesso em: 05 de Março de 2021.

BATTAGLIA, Rafael. **O que é o Fundo Amazônia?** 2019. Artigo Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/o-que-e-o-fundo-amazonia/> Acesso em: 23 de Março de 2021.

AMIN, Mario. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**, 2015. Artigo Científico, Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5993> Acesso em: 08 de Março de 2021.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização**. 2015 Artigo Científico,

Disponível em: [1455-Texto del artículo-2720-1-10-20161122.pdf](#) Acesso em: 09 de Abril de 2021.

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. 2007 Artigo

Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> Acesso em: 09 de Abril de 2021.